

(Texto com revisão.)

Pauta: [PLL nº 195/23](#)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): (19h07min) Boa noite a todos que estão presentes. Eu passo a palavra ao Diretor Legislativo Luiz Afonso de Melo Peres para que conduza esta reunião com as regras estabelecidas.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Saúdo a todos. Esta audiência pública tem o objetivo de debater o [PLL nº 195/23](#), que fixa os subsídios mensais do prefeito, do vice-prefeito, dos secretários municipais para a XIX Legislatura, de 2025 a 2028.

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PROCESSO 211.00051/2023-97 AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 195/23, QUE FIXA OS SUBSÍDIOS MENSIS DO PREFEITO, DO VICE-PREFEITO E DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE PORTO ALEGRE PARA A XIX LEGISLATURA, PERÍODO DE 1º DE JANEIRO DE 2025 A 31 DE DEZEMBRO DE 2028. O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, no uso de suas atribuições legais, CONVIDA a comunidade porto-alegrense para a Audiência Pública, a ocorrer no dia 22 de junho de 2023, às 19 horas, através de videoconferência pela plataforma Zoom (<https://zoom.us/>), onde os cidadãos também poderão participar, mediante inscrição em <https://audienciaspublicas.camarapoa.rs.gov.br/>. O link para acesso à sala virtual do referido evento se encontra disponibilizado no mesmo local. Detalhes da proposição poderão ser obtidos em: <https://www.camarapoa.rs.gov.br/processos/138806>. Os participantes poderão se manifestar por escrito e/ou encaminhar documentos referentes ao assunto em debate, através do e-mail audienciaspublicas@camarapoa.rs.gov.br. As manifestações, durante a Audiência Pública, se darão mediante inscrição, após a abertura do evento. A Audiência Pública será transmitida pela TV Câmara, canal 16 da NET, pelo canal digital 11.3, e pelo Youtube em <https://www.camarapoa.rs.gov.br/institucional/tvcamara>. Porto Alegre, 13 de junho de 2023. **VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER**, Presidente.

As regras da nossa audiência serão as seguintes: pelo *chat*, receberemos cinco inscrições favoráveis ao projeto na forma como está proposto e cinco inscrições contrárias ao projeto na forma como está proposto. Essa é uma regra pra garantir um equilíbrio de opiniões, o que é importante numa audiência pública. Posteriormente, aos vereadores que ingressarem será oferecida a palavra e falarão entre os inscritos. Eu só vou pedir uma gentileza, isso é muito importante para nós não nos atrapalharmos na coleta das inscrições, que cada um ou cada

uma coloque o nome e o sobrenome e contrário ou a favor, para eu poder fazer as listas aqui. Um instante, por gentileza, que eu já vou abrir o *chat*. O *chat* está aberto, podemos já receber as inscrições.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): *Ok, boa noite, Ver.^a Lourdes, vejo que a senhora está presente. Tem mais algum vereador presente?*

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): *A Ver.^a Mari Pimentel foi a requerente desta audiência, então a palavra inicialmente seria colocada à disposição dela.*

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): *Acho que o Ver. Juan César Savedra está no lugar.*

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): *A Ver.^a Sâmila Monteiro também está na audiência. Não sei se um dos dois quer falar em nome da requerente, acho que poderia ser, Presidente.*

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): *Pode ser, sim, se o Ver. Juan quiser.*

VEREADOR JUAN CÉSAR SAVEDRA (NOVO): *Boa noite a todos, é excepcional poder fazer uma audiência pública para debater um tema tão importante. Saúdo todos os vereadores aqui presentes, mais uma vez, Cecchim que vai conduzir os nossos trabalhos aqui. O requerimento partiu da bancada do Partido NOVO, partiu da intenção de nós realmente compreendermos a respeito do que se trata o projeto. No final de 2022, a Câmara de Vereadores rejeitou um projeto semelhante da Mesa Diretora que previa o aumento do subsídio do prefeito e dos secretários e também teve uma emenda para o aumento do salário dos vereadores. E menos de seis meses depois, esse projeto, um projeto com uma robustez financeira ainda maior, volta à pauta. E o que nos causa um pouco de estranheza é que esses projetos de aumento de subsídio costumavam, pelos*

usos e costumes da Câmara de Vereadores, serem votados no final da legislatura para a legislatura seguinte. Então fazer o debate a respeito do subsídio do prefeito é excepcional porque a gente precisa compreender se é simplesmente um projeto para debater o aumento do subsídio do prefeito ou se existe também a questão relacionada ao teto dos servidores municipais. Inclusive existe um pedido de diligência do Ver. Tiago Albrecht na Comissão de Constituição e Justiça para que esse impacto financeiro a respeito do teto seja apresentado, para que a gente possa debater à luz de quais são os fatos também e de qual o objetivo do projeto, porque existiu uma decisão do STF, se eu não me engano no ano de 2020, que estabelecia o teto do funcionalismo municipal de Porto Alegre como o teto do prefeito. O Município de Porto Alegre cumpriu essa decisão judicial por dois meses e depois voltou a pagar acima do teto. Então a gente precisa também compreender se houve um descumprimento de decisão do STF porque o recurso feito ao Supremo Tribunal Federal não é um recurso que tem efeito suspensivo da decisão. Então a decisão do STF, em tese, estaria vigente, e compreender se esse projeto também tem a intenção e a pressa de fazer a correção do teto do funcionalismo municipal de Porto Alegre para evitar perda dos servidores que mais recebem hoje no nosso Município, que passam de cento e poucos servidores. Então acredito que esse é o intuito, e que a gente também possa debater tanto as falas favoráveis como as falas contrárias, à luz dessa informação, porque nos parece que não é apenas o aumento do subsídio do prefeito, que inclusive só vai valer para a próxima legislatura, a partir de 2025, enquanto para os secretários e para o teto do funcionalismo vai ser imediatamente, a partir de agora. Obrigado. Devolvo a palavra ao Presidente para que conduza a audiência.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Ver. Juan. Só para esclarecer, no final da sua fala, o senhor disse muito bem: Não é para o subsídio do prefeito e do vice, que já declararam, várias vezes, que é só para o próximo prefeito. O aumento do subsídio do prefeito e do vice é só para o próximo prefeito, ou seja, a partir de 2025. Esclarecida essa situação, devolvo a palavra

ao nosso Diretor Legislativo, Luiz Afonso, para que continue encaminhando os inscritos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Perfeito. A primeira inscrição que nós temos é do colega João Ezequiel; depois, a da Ver.^a Cláudia Araújo.

SR. JOÃO EZEQUIEL MENDONÇA DA SILVA: Presidente Idenir Cecchim, diretor Luiz Afonso, demais vereadoras e vereadores, colegas municipais que estão participando desta audiência pública; é importante dizer que, primeiro, o Simpa é totalmente contra esse projeto. É um projeto que, para nós, sinceramente, presidente, se não é um deboche à categoria das municipais e dos municipais de Porto Alegre, eu não sei que nome dar para esse projeto, porque é um projeto que pretende aumentar em 62% o salário do prefeito, e em 39% o salário do vice, dos secretários e adjuntos. Não é outra coisa que não um deboche a uma categoria que teve uma oferta de reposição salarial, reposição inflacionária de 5,79%, parcelada. Nós precisamos dizer isso. Esse projeto está beneficiando, na verdade, uma pequena casta, uma pequena elite, pequeníssima, da categoria municipal, que já ganha um salário muito abastado, mas, obviamente, aumenta também o salário do prefeito, do vice e dos secretários. Presidente, demais vereadoras e vereadores, esse projeto não pode passar. Nós estamos aqui com uma categoria que ficou seis anos sem reposição. Nós tivemos, no caso das aposentadas e aposentados, um confisco da ordem de 14% nos seus salários, projeto encaminhado e aprovado pelo prefeito Melo. Nós tivemos a destruição da nossa carreira. Nós somos uma categoria, Presidente Cecchim, que trabalhou durante toda a pandemia nos serviços essenciais, como na saúde, no DMAE, na FASC, no DMLU. Trabalhamos enfrentando a pandemia, arriscando a própria vida para atender à população. E é este o respeito, ou o desrespeito que o prefeito Melo e a base aliada, os vereadores e vereadores da base aliada estão demonstrando a esta categoria que já vem sofrendo e muito, porque teve, durante o período do prefeito

Marchezan, muitos ataques. Agora são ataques continuados do prefeito Melo. Eu quero dizer que essa categoria está com 30,25% de perdas. Nós fizemos uma assembleia, Presidente Cecchim, em que fizemos uma contraproposta ao prefeito Melo, uma contraproposta bem razoável, prevendo a recuperação dessas perdas, mas vejam o formato: 11,25% agora, e o restante, parcelado, até 2025. O prefeito Melo rechaçou, recusou a contraproposta desta categoria. Aí vem a base aliada do governo com um projeto de aumento de 62% para o prefeito, e 39% para os secretários e para o vice. Ora, é um absurdo completo, a população de Porto Alegre tem que acompanhar esse processo, a Câmara de Vereadores tem que reprovar esse projeto. O que tem que ser debatido na Câmara de Vereadores é uma reposição digna ao conjunto da categoria de municipais e municipais de Porto Alegre, que já tiveram o seu salário defasado na ordem de 30%, como eu estou colocando aqui. Mas, sem falar nisso, toda a carreira dos servidores que incide no seu salário teve uma destruição no governo anterior, o governo Marchezan, continuada pelo governo Melo. A categoria está indignada com a forma como o prefeito Melo vem tratando as servidoras e os servidores, porque, sinceramente, é desrespeito, ataques, e esse projeto é um verdadeiro deboche. Nós queremos aqui dizer também que agora, há pouco, vocês todos viram os escândalos na questão das escolas, dos materiais, dos Chromebooks, dos livros comprados pela administração Melo, pela Prefeitura, pelo prefeito Melo, desperdiçados, porque estavam todos lá em galpões, em depósitos, equipamentos na ordem de R\$ 100 milhões – R\$ 100 milhões! –, e o prefeito Melo tentou botar a culpa nas professoras, nos professores e nas direções das escolas, um absurdo completo – a própria RBS noticiou isso em diversos momentos! Então é importante, Presidente Cecchim, reestabelecer, primeiro: o Melo tem que negociar diretamente com as servidoras e os servidores, e tem, principalmente, que respeitar e apresentar uma proposta de reposição às servidoras e aos servidores, uma proposta digna, uma proposta respeitável. E a contraproposta que nós apresentamos é muito razoável, até porque o prefeito Melo tem em caixa um superávit de mais de R\$ 516 milhões, e a Prefeitura de Porto Alegre, incluindo o prefeito Melo, já economizou, já fez

caixa, e muito caixa, em cima de confisco de salário, em cima de arrocho salarial de uma categoria que se esforça diuturnamente para atender à população, mesmo com as péssimas condições de trabalho que nós enfrentamos diuturnamente. Esse projeto não pode ser aprovado pelas vereadoras e vereadores que respeitam o cargo que ocupam; vereadoras e vereadores que querem ser levados a sério pela população de Porto Alegre, porque, gente, é inacreditável! Aí dizem: “Não, esse projeto não partiu do prefeito”. Ora, gente, quando parte da base aliada do prefeito na Câmara, obviamente é um projeto do próprio prefeito e dos seus parceiros, então não adianta vir dizer que não foi o prefeito que pediu. Olha, gente, isso foi encaminhado, sim, pelo governo Melo e por sua base aliada na Câmara. Ver. Cecchim, Presidente, eu faço aqui uma solicitação, em nome de toda categoria: primeiro que vocês, vereadoras e vereadores, rechacem esse projeto, não o aprovem; segundo, vereador, pedir para o senhor, na figura do senhor, que é Presidente da Câmara de Vereadores, que faça uma intervenção junto ao prefeito Melo para que haja uma negociação real. Aliás, o prefeito Melo, nesta data-base, não sentou com o Simpa uma única vez. Com todo respeito aos secretários que negociam com a gente, o prefeito Melo não sentou conosco uma única vez. Então deixo aqui para concluir, Presidente Cecchim, uma solicitação: que o senhor intervenha, junto ao prefeito Melo, para que ele receba o Simpa e que negocie com o Simpa uma proposta coerente, decente, digna e justa para a nossa categoria. Muito obrigado.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Boa noite, Ver. Cecchim, presidindo esta audiência pública; gostaria de me manifestar primeiro com relação à fala do João Ezequiel, a quem eu tenho muito respeito e carinho, que trouxe um tema que não tem nada a ver com a audiência pública, a questão da SMED, que já está sendo discutida e avaliada, e não há desperdício de dinheiro público; pode haver problemas, sim, mas estão sendo solucionados pelo governo do prefeito

Melo, que tem muita responsabilidade com a nossa cidade. Queria deixar isso aqui registrado visto que o João Ezequiel trouxe esse tema que não tem a ver com a nossa audiência pública.

Eu gostaria de falar com relação a esse projeto que defendi na tribuna, quando veio, no final do ano, por entender, Ver. Cecchim, que ele é muito importante para a nossa cidade. Hoje o nosso prefeito é o 54º em salário, sendo que nós somos a capital de Porto Alegre. Hoje, só como referência, o prefeito de Gramado, que tem 36 mil habitantes, ganha R\$ 35 mil; nós temos o prefeito de uma capital que trabalha com R\$ 10 bilhões de orçamento anual que ganha R\$ 21 mil. Na época do prefeito Fortunati não foi aprovado, ele não autorizou o aumento no final da gestão para que fosse executado para o próximo ano, e isso trouxe uma perda real para os prefeitos, para os secretários e para o vice, que é o que nós estamos tentando colocar em ordem para que possa realmente ter dignidade no salário, principalmente do nosso prefeito e dos nossos secretários. Hoje, nós temos secretários ganhando entre R\$ 9 mil e R\$ 10 mil, que é um absurdo, que respondem seja para situação ou oposição, todos os vereadores são atendidos pelos nossos secretários, que têm um papel importante, que respondem com o seu CPF, com toda a responsabilidade e que hoje ganham R\$ 10 mil. Então, está defasado. Eu acho que é justíssimo o servidor público exigir seus direitos e querer reivindicar seus aumentos, mas assim como também é justo e é digno que os secretários, que o prefeito, para a próxima gestão, o prefeito e o vice-prefeito tenham o seu valor atualizado. Então não é porque eles estão ganhando 62% a mais, é porque eles têm uma defasagem de muitos anos, não foi feito esse reajuste e hoje nós estamos tentando fazer essa paridade para que a gente possa ter equilíbrio nas contas. Quando a vereadora proponente da audiência pública traz o impacto disso para os cofres públicos, eu venho dizer que hoje nós já temos os servidores, esses centos e poucos servidores que o Ver. Savedra mencionou, já recebendo o valor de R\$ 30 mil e poucos, que é o valor proposto para o salário do prefeito, para a próxima gestão, ou seja, hoje não tem impacto financeiro nenhum aos cofres porque esse valor já é pago. Se for julgado, porque foi julgado lá no STF, mas ainda não tem essa determinação

para que seja reduzido o teto, aí pode ter algum tipo de impacto. Neste momento ainda não tem, porque tem recurso, esse recurso está sendo avaliado, então ainda não tem uma decisão definitiva. Hoje não tem impacto para a sociedade. É justo os servidores ganharem aumento, foi negociado, no ano passado, dez ponto alguma coisa, parcelado, porque estávamos saindo de uma pandemia, sim. Tem direito a pedir essa adequação? Sim, dentro do possível tenho certeza que o prefeito Melo vai buscar alternativas não dos 30%, mas dentro do possível do orçamento do Município valorizar os servidores. Em nenhum momento, o prefeito Melo culpou qualquer tipo de diretor de escola. Então é muito importante dizer que o prefeito respeita e respeita, sim, os servidores públicos. É muito importante que esse projeto seja aprovado para que a gente tenha justiça para o salário do prefeito, do vice-prefeito e dos secretários. Muito obrigado.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, vereadora. O Sr. Teddy Biassusi está com a palavra.

SR. TEDDY BIASSUSI: Boa noite. Eu sou o Teddy, nasci em Porto Alegre, moro em Porto Alegre, minha família é de Porto Alegre, e há 10 anos eu deixei minha carreira na iniciativa privada para ser servidor público, sou colega municipal, e fui para Fazenda, onde a gente atua para possibilitar sempre um incremento de recursos públicos para Porto Alegre poder atender quem mais precisa lá na ponta, na saúde, na educação e etc., a gente desenvolve um trabalho de excelência nesse sentido. Esta semana, tivemos conversa com alguns colegas ali no Previmpa, não era pauta, mas era uma prévia ali da reunião, inclusive alguns do Simpa, onde eu os alertei: cuidado para não colocar servidor contra servidor, porque isso não favorece ao conjunto do funcionalismo. E por que eu alertei isso? Esta audiência pública foi solicitada pela Ver.^a Mari Pimentel, que é do Partido NOVO, partido que eu respeito, mas não é um partido que tem como característica ser parceiro, ser amigo, gostar de serviço público ou do servidor público, pelo contrário, ele se diz gostar do empresariado, não teria problema nenhum disso, ele se diz não gostar de serviço público, muito menos daqueles

que cobram impostos, que é o nosso caso. Por que eu falo sobre esse ponto, de ter cuidado com quem você se abraça? Porque esse assunto do subsídio do prefeito em Porto Alegre há anos se arrasta, com uma enorme demagogia, uma enorme hipocrisia, e ela se perfectibiliza aqui. Por quê? Há 60 dias – não foi há dois, três anos –, o principal político do Partido NOVO, que é o governador do Estado de Minas Gerais, o Zema, aumentou o seu subsídio para ele, não foi para o próximo, foi para ele, em 298%, não foram 62%, não foram 100%, 10%, 15%, 200%, foram 298%, e eu não vi os vereadores aqui, em Porto Alegre, deste partido, se indignando, dizendo que o governador estava maluco. O que justificou o governador? “Preciso, porque aqui, em Minas Gerais, eu estou pagando menos para o subsídio do governador do que na média dos outros estados, não consigo nomear secretário estadual, eles saem rapidamente, estou perdendo servidores, então preciso resolver esse problema, deixar na média dos outros governadores, para eu não ter perda de pessoal, porque o serviço público precisa daqueles que são os melhores, precisa remunerar bem, manter os talentos.” E isso que eu chamo de demagogia, mas é uma opinião pessoal, não é só nesse aspecto político. A gente teve, em dezembro de 2022, há seis meses, o subsídio do chefe do Executivo sendo apreciado nas três esferas de governo - na União, no Estado e no Município -, foi votado nas três esferas. Na União, por exemplo, a bancada do PT apoiou o aumento do salário do presidente Lula. No Congresso Nacional, a bancada apoiou, e não tem problema nenhum. No Estado, unanimemente, a mesma bancada votou a favor do aumento do salário do governador, escalonado, mas que chegará em R\$ 42 mil, o dobro do que é em Porto Alegre, que é de R\$ 21 mil. Aí, na mesma semana, em dezembro de 2022, a bancada dos vereadores em Porto Alegre votou contra. Qual é a lógica? Na mesma semana, o mesmo assunto, o mesmo partido, em alguns casos o deputado estadual é um ex-vereador de Porto Alegre, e aí aqui volta contra e no Estado vota a favor, para o mesmo tema, qual a razão? Pressão política? Pressão da imprensa? Eu até procurei os nomes, porque eu queria citar alguns deles aqui, e não consegui localizar, porque nas matérias que saem a respeito da votação não tem a lista dos vereadores. Isso até me deixou surpreso, porque, em Porto

Alegre, até nas comissões pelas quais este projeto passa, sai lá: “Esse vereador votou a favor; esse votou contra.” Mas no Estado não sai. Então, parece que em Porto Alegre as coisas são mais difíceis, não é?!

E como o primeiro vereador que falou, do partido NOVO, disse, é óbvio que é uma correlação com o teto remuneratório, há uma discussão em Brasília, no STF, todos sabemos, que ainda não teve trânsito em julgados. E o teto remuneratório em Porto Alegre, a partir do momento em que for o salário do prefeito, que vai finalizar essa discussão toda, significa que vai ter uma perda expressiva de salário, que as pessoas recebem há anos, que, em alguns casos, e aqui estou falando de teto, não é de salário, é o limite, tem gente que recebe um pouco acima, um pouco abaixo, não é todo mundo que recebe o teto – isso precisa ficar bem claro aqui -, vai ter uma redução, nos piores casos, de 40% do salário líquido do servidor. Como é que o servidor vai ter uma redução de 40% em relação àquilo que ele recebe há anos? Vai ser uma desestruturação total nessas carreiras mais impactados. A quem interessa isso? A quem interessa desestruturar uma carreira? Pareceu-me, até, pela primeira fala, que a preocupação não é o salário do Prefeito, mas é sim se isso também servir de teto para os servidores. Ou seja, para o prefeito está bom aumentar; o problema é só o teto mesmo. Parece que o objetivo é prejudicar os servidores, os servidores que cobram impostos, os impostos que servem para abastecer a população lá na ponta. Porque é daí que vem o dinheiro para rodar a máquina pública, não é? Então, eu queria pedir aos senhores que tratassem do tema com a devida parcimônia, sei que é um tema polêmico, sei que a maioria da população não entende, mas a gente não pode ter o prefeito de Porto Alegre não estando nem entre os 50 maiores subsídios do Estado. Isso é um absurdo! O prefeito de qualquer capital tem que ter o maior salário, assim como os governadores têm que ganhar mais do que os prefeitos; e o presidente tem que ganhar mais do que os governadores. Essa é a lógica. A gente tem que parar de fazer demagogia aqui. E o salário nem é para o prefeito Melo, é para 2025, pode ser outro prefeito, pode ser até um prefeito de oposição, da situação, reeleito, tanto faz; não é para ele. A gente tem que resolver essa situação, tem que parar

de ter medo da imprensa, porque essa é uma situação de carreira. Os políticos vêm e vão, mas os servidores, como é o meu caso, eu larguei uma carreira para ser servidor público, assim como vários outros, as pessoas se dedicam para prestar um serviço público, elas não podem ser afetadas por uma questão política, para agradar A ou B, numa questão política eventual. Sobretudo quando você é do mesmo partido que em outro lugar vota diferente; ou, às vezes, a mesma pessoa, sendo vereador votava contra, sendo deputado estadual vota a favor - como assim? Eu peço para vocês que tenham serenidade, tranquilidade para a gente avaliar essa questão. Essa decisão não é só para agora, é só para 2025, mas a gente sabe que se deixar para o ano que vem, fica mais difícil, fica mais perto da eleição, aí complica, e é por isso que em Porto Alegre se criou esse problema. Porque em várias vezes, inclusive com prefeitos anteriores, até antes do Fortunati, houve ocasiões em que foram concedidos alguns percentuais, geralmente de inflação, aos servidores e o prefeito abria mão, dizia: “Não! Para mim eu não quero.” E aí foi se criando essa situação e hoje se criou essa defasagem enorme com relação ao subsídio do prefeito. Então essa é a minha fala, favorável ao projeto. A gente tem que discutir isso, a gente não pode ter medo de imprensa e tem que tratar da mesma forma que foi tratada no Estado, foi tratada na União, foi tratada pelos outros prefeitos. Tem que resolver essa situação. Obrigado. Uma boa noite a todos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A próxima inscrita é Sandra Severo, que está com a palavra.

SRA. SANDRA SEVERO: Boa noite a todos, quero saudar a Câmara pela realização desta audiência pública e também pela apresentação deste projeto, que visa a fazer um ajuste no subsídio do prefeito, vice-prefeito e secretários. Como já mencionado, Porto Alegre tem aqui a maior população do Estado do Rio Grande do Sul, 1,5 milhão de habitantes; o maior orçamento entre os municípios, um orçamento de R\$ 10 bilhões – em torno de R\$ 10 bilhões –, e a remuneração do prefeito muito aquém da remuneração aplicada em outros

municípios do mesmo Estado, com população muito inferior e orçamento muito inferior. Todos sabem também da grande dificuldade que tem sido, não é deste governo, já é de governos anteriores, a nomeação de secretários, trazer pessoas qualificadas para o desempenho de atividades. Eu acho que não é demais referir que um secretário, muitas vezes, tem, no seu conjunto de servidores, milhares de servidores e recebe hoje uma remuneração muito aquém da devida pela importância do trabalho realizado, pela responsabilidade que ele detém em seus ombros e por tudo que ele tem ainda que responder, inclusive na prestação de contas ao Tribunal de Contas, enfim, à população em geral. Eu acho que o interesse maior da população é ter serviços públicos bem gestados, bem administrados e políticas públicas entregues. Para isso precisamos de recursos e precisamos de gestores, precisamos de pessoas capazes. Quando as pessoas fazem uma comparação entre a remuneração de uma categoria e outra em relação à remuneração do prefeito, eu penso que o nivelamento, a comparação entre remunerações deve se dar entre seus pares. Então, eu acho que é justo a remuneração do prefeito de Porto Alegre ser comparada à remuneração de outros prefeitos, assim como a remuneração de servidores de carreiras do Município também terem a sua remuneração comparada com a de outros servidores do mesmo cargo, do mesmo nível, em outros municípios ou até mesmo em outros entes. O Município não é menos: o médico que trabalha no Município não é menos que o médico que trabalha no Estado, que trabalha na União; assim como professor que trabalha no Município não é menos do que o que trabalha no Estado, na União, enfim, todas as demais carreiras, inclusive as carreiras dos auditores fiscais. Então, eu acho que, quando se faz a comparação entre remunerações, ela tem que ser em linha com as pessoas em tudo o que se pode comparar. Entendo como justo, sim, como servidora, também sou servidora do Município, a reivindicação dos municipais em relação aos reajustes e apoio isso, assim como também apoio o ajuste da remuneração do prefeito, vice e secretários.

Eu acho que a visão de interesse público tem que ser alargada, acho que se todo mundo ficar só olhando para si mesmo, olhando somente para o seu benefício

próprio, a gente não consegue avançar. E o interesse público, no meu ponto de vista, está, sim, em ter gestores qualificados e bem remunerados e trazer para essas funções pessoas que, sim, possam desempenhar adequadamente, possam entregar resultados, possam entregar aquilo que a população tanto precisa.

Já foi informado, mas eu acho que é importante a gente fazer apenas aqui uma breve leitura de alguns dos principais subsídios que a gente tem fixados no Estado do Rio Grande do Sul como sendo subsídios que a gente poderia então comparar com o subsídio do prefeito. Em Porto Alegre, o subsídio do prefeito está em torno de R\$ 21.000,00, ocupa a 55ª posição no Estado. A gente tem Horizontina com remuneração do subsídio do prefeito atual em R\$ 33.000,00. Essa proposta de ajuste do subsídio do prefeito que está sendo colocada é para a próxima gestão não é para esta. O salário, por exemplo, do Município de Horizontina, o subsídio do prefeito de Horizontina projetado para a próxima gestão gira em torno de R\$ 37.000,00. Assim como o de Gramado, no mesmo montante, em torno de R\$ 37.000,00; Teutônia, R\$ 35.000,00 – todos municípios com menos de 50.000 habitantes e orçamentos muito inferiores ao orçamento de Porto Alegre. Aqui temos grandes orçamentos, grandes responsabilidades e uma remuneração que se espera que seja à altura.

Em relação à questão de que, sim, o subsídio do prefeito ele corresponde ao limite remuneratório no Município de Porto Alegre, essa é uma questão que está sendo debatida também, e ela é importante, ela afeta. Se ela for aplicada, hoje não é isso que está sendo aplicado, ela está sendo aplicada como limite remuneratório o subsídio do desembargador do Estado, se ela for adequada para o subsídio atual do prefeito, a gente vai ter perdas enormes e inúmeros problemas de gestão que certamente impactarão muito negativamente a gestão, a administração pública, trazendo prejuízos à cidade, o que imagino não seja de interesse de qualquer um dos cidadãos porto-alegrenses. Então, quero manifestar aqui o meu apoio à proposta, dizer que sim, é importante este debate, é importante ouvir todas as partes, mas é importante também que se tenha clareza de que a gente não pode misturar as coisas, misturar análises, fazer

comparações que não são possíveis, que não se pode fazer, assim como trazer assuntos estranhos ao que está sendo objeto de debate, outras matérias que não são pertinentes a este momento.

A gente tem essa situação dos subsídios do prefeito, que ficou agravada durante muitos anos por não ter sido aplicado ao mesmo reajuste dado aos servidores municipais, não foi aplicado ao subsídio de prefeitos de muitas gestões anteriores, o que acabou impactando muito negativamente. Hoje a gente tem um subsídio aqui em Porto Alegre muito aquém do que é um subsídio compatível com a responsabilidade, com o tamanho da cidade e tudo que a gente espera que Porto Alegre ainda possa ser. A gente quer acreditar que Porto Alegre, sim, pode mais, pode mais para os seus servidores, pode mais para a população. Eu agradeço a oportunidade e também reitero minha manifestação favorável ao projeto.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Já encerraram as inscrições para as manifestações. Conduza os que já estão inscritos, por favor, Luiz Afonso.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A Ver.^a Sâmila Monteiro está com a palavra.

VEREADORA SÂMILA MONTEIRO (NOVO): Boa noite a todos, sou vereadora suplente em exercício, quero fazer algumas ponderações com relação ao que estamos dialogando.

Primeiramente, trazer a questão do governador Zema, que foi mencionado aqui, que governa, ressaltando, um Estado, que foi na Assembleia e pediu que a Assembleia propusesse um aumento para melhor remunerar os seus secretários, que estavam desde 2007 sem reajuste. Se os servidores do Município de Porto Alegre já estão ganhando acima do teto, como bem mencionado pela Ver.^a Cláudia Araújo, vale ressaltar, que eles estão ganhando de forma ilegal, nesse sentido há um risco jurídico inclusive para a Prefeitura.

Um outro ponto é que o pagamento acima dos servidores distorce os salários do serviço público.

Outra observação é que acontece que seria essencial e importante para isso nós sabermos o impacto financeiro dessa medida. Nesse sentido foi protocolado um pedido de diligência no referido processo SEI para que, então, nós soubéssemos do impacto financeiro dessa medida. E só para concluir de uma forma bem objetiva, ponderar algumas coisas que trouxeram aqui, eu gostaria de referir o seguinte: que aumentar o teto sem saber das reais consequências para as contas públicas é um risco imensurável aqui no nosso Município de Porto Alegre, e isso pode gerar literalmente a quebra do Município, com reflexos gravíssimos à prestação dos serviços públicos, principalmente quando se trata de saúde e educação. Para reverter esse quadro, não existe outra saída, o Município terá que arrecadar mais, e quem é mais pobre sempre acaba pagando essa conta. Entendo as questões que foram trazidas, entendo que o bom gestor merece ser remunerado, mas existe uma realidade, e é essa realidade que nós convidamos vocês a refletirem conosco. Muito obrigada.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, vereadora.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O próximo inscrito é o Sr. Renan Behling.

SR. RENAN BEHLING: Boa noite a todos os municipais que aqui se encontram hoje nesta reunião; meu boa noite a todos os vereadores e vereadoras de Porto Alegre que também estão aqui nesta audiência. Atualmente, eu sou auditor fiscal da receita municipal, acho que para vocês poderem entender meu raciocínio, eu tenho que falar um pouquinho da minha história, de onde eu vim. Meus pais são oriundos do interior do Estado; minha mãe, atualmente aposentada, foi professora estadual, ela conseguiu se aposentar com 40 horas semanais. Então, eu, na minha infância, na minha adolescência, ouvia o quão pesado era a jornada de trabalho dela. O meu pai

sempre foi funcionário público estadual, na época do governo Jair Soares acabou entrando num plano de demissão voluntária e foi tentar a sorte na iniciativa privada, sem muito sucesso. Eu, tive a felicidade, pela luta da minha família, de cursar ciências contábeis na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Após, eu tive também a oportunidade de fazer um curso de especialização em ciências contábeis e políticas públicas pelo Necon, na UFRGS, e depois um curso de gestão de pessoas pela FGV. Por que eu estou trazendo isso, trazendo essa trajetória? Primeiro, eu sou oriundo uma família humilde, de uma família que sempre apostou que a educação é o melhor investimento. Então, hoje, aqui eu vou fazer um pequeno parênteses, e já retomo essa minha fala, para parabenizar os nossos colegas procuradores municipais e também para dizer aqui que nós já temos um teto diferenciado no Município de Porto Alegre. Por que isso? Por simetria, os procuradores de Porto Alegre tiveram reconhecida sua função como integrantes do sistema de justiça, se não fosse isso, os nossos colegas procuradores estariam também submetidos a esse teto, e são pessoas que também o seu dever é importantíssimo para o Município, para o Estado, para a União, e que bom que eles conseguiram esse reconhecimento, essa paridade, porque nós precisamos de procuradores competentes, nós precisamos de procuradores qualificados para defender os interesses do Município. Não podemos ter pessoas de baixa qualificação ou com alta rotatividade, porque a gente sabe que é a permanência, que é a duração, a durabilidade no exercício da função que agrega sempre resultados mais efetivos e melhores, principalmente quando se fala no âmbito da gestão pública. Então, ficam meus parabéns e também quero destacar aqui a simetria das funções importantes que eles exercem, que também são exercidas e reconhecidas no âmbito do Estado e da União. Voltando a minha questão, eu nasci em Ijuí, uma cidade que fica cerca de 35 quilômetros de Ajuricaba, que foi onde eu morei até meus cinco anos de idade. Lá, minha mãe começou sua carreira como professora municipal; lá, meu pai ingressou como servidor público municipal também, e hoje eu me vejo nessa questão da falta de simetria. Eu também tenho um exemplo muito particular, porque a minha esposa é auditora fiscal do Estado do Rio Grande do

Sul, eu sou auditor fiscal do Município de Porto Alegre, e causa estranheza, para mim até mesmo um pouco de perplexidade, a falta de reconhecimento ou o pouco reconhecimento que o Município de Porto Alegre faz aos seus servidores. Para mim, não é muito inteligível ver a minha esposa tendo a perspectiva hoje – estou falando de teto –, sendo que o teto dela é R\$ 42 mil, e o meu pode tornar a ser R\$ 21 mil, pela mesma simetria que falei, meu desempenho das atividades com responsabilidades análogas, semelhantes. Nós somos responsáveis por carrear, sim, recursos públicos às nossas instituições públicas, para que elas possam oferecer serviços públicos de qualidade para o cidadão lá na ponta. Hoje, a minha percepção, aí vou falar ali na Rua Siqueira Campos, é de que parece que temos dois RHs – falo na Rua Siqueira Campos, porque é ali o prédio da Secretaria Municipal da Fazenda. Parece que temos um RH de saída de pessoal, porque é o RH de Porto Alegre; e nós temos um RH de entrada, vou falar da Fazenda, mas é o RH do Estado, porque é dado da realidade. Todos somos profissionais, que, no momento em que a gente está desempenhando uma mesma função, e a gente olha para o lado... O outro colega falou: “Um médico no Município, um médico no Estado e um médico na União, qual é a diferença?” Então, preocupa-me a gente perder gestores, Porto Alegre cada vez perder mais gestores qualificados, e isso já vem ocorrendo. Nós estamos enfrentando uma série de dificuldades, porque, nos últimos dois concursos que tivemos para auditor fiscal de Porto Alegre, várias pessoas que tiraram as primeiras colocações já desistiram, já pediram a sua exoneração, muitas delas entrando pelo RH do Estado. E por que eu falei em educação? Porque acho que Porto Alegre não está reconhecendo a educação daqueles que estudaram; Porto Alegre não está criando condições para que essas pessoas fixem seu trabalho aqui em Porto Alegre, que desenvolvam seu conhecimento e que esse conhecimento seja aplicado em prol da cidade de Porto Alegre.

Na iniciativa privada, acho que em qualquer organismo, se nós tivermos uma rotatividade muito grande de pessoas, o conhecimento se vai embora, não tem como fazer gestão de pessoas com alta rotatividade. Então, vereadores, peço que vocês estudem isso com carinho, esse projeto. Sou a favor dele, porque é

uma premissa da educação. A educação tem que ser reconhecida, tem que ser valorizada. Essa questão do projeto nada tem a ver com elevação de salário; tanto que são poucos os profissionais, principalmente estamos falando daqueles em final de carreira, que poderiam alcançar o teto do prefeito. Mas eu acho que manter em R\$ 21 mil é pedir para os nossos recursos humanos qualificados buscarem outras opções, seja na iniciativa pública ou mesmo na iniciativa privada. Eu acho que as questões, os projetos não são conflitantes, porque aqui a gente está tratando de um projeto de teto de subsídio. A outra questão, também muito relevante, que diz respeito à valorização dos servidores. Então, são projetos que coexistem, e Porto Alegre deve enfrentar os dois temas. Meu muito obrigado pelos minutos de atenção dos senhores das senhoras.

Só para terminar, então, sou a favor do projeto, da maneira como ele foi exposto. Muito obrigado a vocês.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado. O Sr. Vilmar Silva está com a palavra.

SR. VILMAR FRANCISCO DA SILVA: Boa noite a todos e a todas, sou funcionário público de Porto Alegre, sou gari há 33 anos e sou diretor do Simpa, representante da categoria dos funcionários. Eu estava escutando as falas de todos, que todos se sentem merecedores desse aumento que o prefeito Melo está pedindo, que também vai pegar um grupo que vai conseguir ter o seu próprio aumento. Eu acho que um chefe de casa, primeiramente, arruma a sua casa. O Melo é o nosso prefeito; eu acho que ele deveria valorizar o funcionário público. O gari que está lá na ponta do serviço e mantém a cidade limpa, mantém a cidade rodando, sendo organizada; os enfermeiros; os professores, que também estudaram muito, fizeram faculdade – assim como os enfermeiros. O gari, que nem eu, eu não fiz faculdade, mas eu estudei, tive todos os estudos. As pessoas estão reivindicando esse aumento dizendo que para elas é valoroso o aumento, e por que para o funcionário de ponta não é valoroso esse aumento? Então eu acho que essa proposta do governo não deve passar, porque, se ele

não pode valorizar um gari, um enfermeiro, um professor que está na ponta do serviço para ter condições melhores dentro do seu trabalho, valorizar aqueles que estão na ponta do serviço, que nem a enfermagem nessa pandemia, que trabalhou na ponta do serviço; os garis, que ficaram nas ruas, nesse temporal, cortando árvores, ajudando a limpar a cidade; os professores, que estão passando por dificuldades com as escolas destruídas. Por que o alto escalão tem que ganhar esse aumento e nós, da classe trabalhadora mais baixa, não temos? Se é valoroso para eles esse aumento, tem que ser valoroso para a classe trabalhadora dos funcionários públicos que estão na ponta do serviço. O pessoal diz aí que em outros municípios, em outras cidades o prefeito ganha mais; mas lá o prefeito deu um aumento melhor para o pessoal também. Se para nós é 5%, ele que ganhe também 5% de aumento no salário dele e do secretariado. Não é justo só a classe baixa dos funcionários ser penalizada, e a classe deles não. “Ah, o salário do prefeito não é remunerado há muito tempo”. E o dos funcionários públicos, que estão à frente dos serviços? Também não. Eu sou contra essa proposta e peço que os vereadores, que o pessoal que está nesse debate conosco também pense isso. Se é para valorizar um escalão, primeiro valoriza aqueles que estão na ponta do serviço, lá embaixo. São necessárias as pessoas que estão lá em cima fazendo a coordenação? São, mas o funcionário de ponta também é necessário e tem que ser valorizado. Fica aí o meu apelo. Eu sou contra esse aumento que querem dar para o secretariado e para o prefeito Melo. Obrigado a todos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Vilmar. O Sr. Edson Zomar está com a palavra.

SR. EDSON ZOMAR DE OLIVEIRA: Boa noite. O que eu quero colocar é basicamente o seguinte: ninguém é contra que as pessoas ganhem bem, mas o que acontece é que, na verdade, as diferenças foram estabelecidas ao longo dos anos. Os conceitos de castas que nós temos na Prefeitura fazem com que haja um abismo; é abissal a diferença entre os que ganham mais e os que ganham

menos. E, na verdade, o serviço público é composto por “n” atividades, das mais diversas áreas, de forma universal na cidade. Isso significa que tem que se valorizar, que tem haver um trato isonômico no mínimo no patamar humanitário de dignidade. E hoje o que nós vemos é isto: um piso salarial abaixo do mínimo, até o nível cinco da Prefeitura; setores essenciais, como o próprio DMAE, como foi citado anteriormente, e outros completamente precarizados, sendo privatizados, parceirizados, não há uma valorização. O debate aqui é: não há por que aumentar a diferença que já existe e que, na verdade, não é justificada. Que todos ganhem bem, mas a partir do patamar mínimo de dignidade para todos. Isso significa, no mínimo, um trato isonômico; não há como justificar, neste momento, um reajuste superior ao índice dado ao conjunto de servidores para quem quer que seja, muito menos para o prefeito, que já tem um patamar salarial substancialmente compatível com o padrão médio de vida. Portanto, nós, servidores municipais que estamos em data base, discutindo e reivindicando uma reposição salarial, que inclusive temos agora como reivindicação um reajuste equivalente aos colegas servidores da Câmara, aprovado pela Câmara de Vereadores, entendemos que esse é o patamar que, se concedido à categoria, no máximo é o reajuste necessário para o conjunto dos servidores. As diferenças em questões de mercado é outra discussão. Nós estamos discutindo completamente dentro do que é compatível e viável para as finanças da Prefeitura, que hoje gasta menos de 40% com pessoal, que haja o trato isonômico, isonomia no reajuste entre os servidores do Executivo e da Câmara de Vereadores, e que o conjunto da gestão, prefeito e secretários, tenha o mesmo, mas a partir do encaminhamento desse reajuste. Inclusive estamos aguardando, nos próximos dias, que o prefeito Melo faça esse gesto e a gente possa avançar e ter um acordo minimamente compatível com a necessidade que hoje a categoria – na sua maior parte, que tem um processo de arrocho bastante substancial – necessita para que possamos chegar a uma condição de viabilidade de vida, ou seja, não se pode aumentar às custas da situação de miserabilidade de muitos e da dificuldade da grande maioria dos servidores municipais de Porto Alegre no dia de hoje.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Edson. O próximo inscrito não está conectado. Então vamos passar para o colega Bruno Peroni.

SR. BRUNO LUCAS PERONI: Eu gostaria de agradecer aos Srs. Vereadores pela audiência que nós estamos tendo; gostaria de desejar uma ótima noite para todos que estão aqui participando, e da mesma forma vou me apresentar agora. Meu nome é Bruno Lucas Peroni, sou coordenador estadual do Movimento Brasil Livre no Rio Grande do Sul e tenho posição contrária a este projeto, tendo em vista que é simplesmente um absurdo o que está sendo debatido enquanto nós temos pessoas dentro da nossa própria capital, mesmo sendo uma das cidades com um dos maiores IDHs do Brasil, vivendo na miséria em nos nossos bairros periféricos. Nossas avenidas, ruas e estradas, todo mundo consegue ver, estão destruídas. A Av. da Serraria, por exemplo, destruída! Todas! Os ônibus de Porto Alegre, eu falo porque eu utilizo, estão totalmente defasados. O que é esse escândalo que está acontecendo na educação? A saúde de Porto Alegre, olha a fila, olha a lotação que está tendo agora nos nossos postos de saúde. É um absurdo nós querermos resolver estes problemas dizendo que, para que esses problemas sejam resolvidos, nós temos que aumentar o salário do prefeito. Olha onde nós chegamos! Por que não se destina esse dinheiro que quer ser destinado ao prefeito às secretarias que precisam, aos setores que precisam? Por que isso não é debatido? Por que não é debatida uma melhor aplicação desse dinheiro? Eu falo aqui porque é simplesmente um absurdo ver pessoas comuns defendendo isso. Como é que se defende? Nós temos que ser a cidade que mais economiza, não a que mais gasta, ou a que gasta proporcionalmente às outras cidades; se elas gastam mais, problema é delas, nós temos que focar na nossa cidade. Não é porque o prefeito de Florianópolis, por exemplo, ganha R\$ 50 mil que o prefeito de Porto Alegre também tem que ganhar R\$ 50 mil. Nós temos que ir pelo caminho contrário, nós temos que reduzir os salários. E se está sendo feito um aumento de salário para legalizar as pessoas que estão acima

do teto, nós não devemos fazer isso, nós devemos desvincular o teto do salário do prefeito, estipular um teto máximo, e aí sim, corrigir o que deve ser corrigido. Mas nós não devemos beneficiar todos esses porque alguns estão na ilegalidade. Devemos punir os que estão na ilegalidade e arrumar a casa, como alguns falaram. Nós temos que honrar o dinheiro do contribuinte porto-alegrense. Nós temos que utilizar de boa maneira e não com má-fé, como está sendo feito. “Ah, mas talvez não seja para o Melo, afinal, só vai ser em 2025”, ou seja, já há uma pretensão, por isso que os vereadores estão se se pronunciando a favor, porque eles já querem tentar aumentar o salário do possível prefeito, seja favorável ao Melo, ou contra, ou da oposição, que seja. Eu repito: temos que focar em resolver os problemas da capital, não em aumentar salário de prefeito algum. Era o que constava, eu gostaria de agradecer a todos. Muito obrigado.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES: A próxima inscrita, em manifestações contrárias, é a colega Tzusy Estivalet.

SRA. TZUSY ESTIVALET: Olá, boa noite colegas. Eu não ia me inscrever, mas que a gente vai ficando com vontade de falar, e aí acabei me inscrevendo. Eu sou professora da rede municipal há alguns anos, e a primeira pergunta que eu queria fazer é por que não se pergunta para população o que ela pensa sobre o aumento salarial do prefeito em 62%? É de 62 % que a gente está falando. Enquanto professora, quando a gente reivindica o reajuste salarial, a gente não está falando de aumento salário – eu acho que essa é a primeira questão –, a gente está falando de um direito nosso, que é um reajuste inflacionário, a gente não está dizendo... A gente poderia, sim, lutar por valorização salarial. Assim como o Renan colocou, na nossa categoria tem muito mestre, tem muito doutor, tem muito pós-doutor, pós-doutora, porque a gente busca a qualificação para qualificar o nosso trabalho, mas nunca, de nenhuma forma, isso é visto pelos governantes da nossa cidade. Então, se é essa uma questão de valorização, eu acho que é muito justo a gente ser valorizado, mas eu tenho certeza que toda essa categoria, como disse o Vilmar, de uma ou de outra forma busca a

valorização, busca o aperfeiçoamento e, *buenas*, essa valorização deveria ser de todos, todas, todes e todo mundo que constrói esta cidade. Eu acho que a Cláudia Araújo é a favor desse projeto, é um absurdo, sabe? Ela foi uma das primeiras a falar, e falou para o João Ezequiel que não estava em debate aqui a educação. Está, sim, em debate a educação, Cláudia Araújo, porque a gente está falando aqui num projeto de cidade. é de um projeto de cidade que a gente está tratando e que está fazendo um rombo ainda maior do que a pandemia fez. Porque a pandemia abriu um rombo de desigualdade social nesta cidade, e aumentar em 62% o salário do prefeito é ainda pior, é potencializar o que já está péssimo, a começar pela questão da educação no Município. A gente teve agora um gasto de R\$ 38 milhões em livros que nenhum professor pediu, nenhum professor pediu; R\$ 38 milhões em livros. No livro de matemática, o meu colega Tarcísio me mostrou, tem três erros: ele abriu a página e estão lá três erros escancarados. Bom, se a gente começar a botar para fora, vai feder e bastante, não é? Já está! Quatro depósitos, um com aluguel de R\$ 50 mil. Então, se a gente a começar abrir aqui a caixa de Pandora da educação, é só absurdo que tem. Chromebook: a gente não recebeu um Chromebook. Eu gastei do dinheiro da minha casa e minhas colegas também para botar internet durante a pandemia, para poder – com meu *notebook* quebradinho – dar aula para gurizada, para a gurizada que não acessava aula e não teve nenhum projeto de educação. Fomos nós, professoras e professores, que pensamos e que fomos lá, no meio da pandemia, na Restinga, no Rubem Berta, em toda a periferia da cidade entregar material em papel – em papel! Sabe o que aconteceu há três semanas? Ligaram da SMED para minha escola, que tem 250 Chromebooks, perguntando se lá tinham 2.000 Chromebooks. Então, para além do gasto, nem um controle, nem uma questão organizativa se tem – imagina, dizerem que na minha escola havia 2.000 Chromebooks! Não, têm 250, colegas.

Enfim, são muitas questões só na educação, e nós estamos falando de um projeto de cidade, um projeto de cidade que é: nada em relação ao serviço público. O Renan – o colega que contou história da sua vida, mas, enfim, eu tenho certeza que a da maioria é muito parecida ou pior – falou: “Como fazer

serviço público de qualidade?” Valorizando os trabalhadores, Renan, valorizando os trabalhadores e não precarizando ainda mais. Hoje 96% dos postos de saúde da nossa cidade são terceirizados, sabia? Quer falar em alta rotatividade? Isso é alta rotatividade. A gente não ganha o piso da educação nem dos enfermeiros, nem o piso da educação dos professores. Olha isso, o piso salarial nacional; a gente não ganha. Isso é um absurdo, são extremos, e é disso que a gente está falando; é essa desigualdade que a gente está trazendo aqui e que a gente quer tratar, e isso que é urgente de a gente estar conversando. Não é aumentar em 62% quando, hoje, nós fizemos uma reunião com o André Barbosa, secretário de Administração, porque as colegas da cozinha e da limpeza das escolas, que recebem R\$ 1,4 mil, muito parecido com o que recebem as monitoras concursadas no Município, que recebem R\$ 1,5 mil... Umas R\$ 1,4 mil, as outras R\$ 1,5 mil, mulheres, porque nós, mulheres, ainda podemos estar sempre lá embaixo e para vocês e *ok*. A questão das trabalhadoras da cozinha e da limpeza já é ruim, todo ano quebram as empresas, todo mês alguém deixa de receber, todo mês dá uma ruim com as trabalhadoras – assédio deslavado, alta rotatividade, que o Renan não gosta –, e o que o Melo fez? Fragmentou em 12 empresas; 12, porque elas se mobilizavam no final do ano para exigir o que é direito delas. Fragmentou em 12 empresas, e o que que ele fez agora? Abriu para a Cootravipa entrar. É dessa alta rotatividade que a gente está falando, dessa alta rotatividade. Tu queres responsabilidade maior do que fazer merenda numa escola, para uma gurizada que não tem o que comer direito nas comunidades, que vai para a escola para almoçar? É disso que a gente está falando! Alta rotatividade. E aí é isso: R\$ 1,4 mil, elas não têm férias há três anos, elas não têm 13º com a Cootravipa, elas não têm direito a atestado médico. E aí tu me dizes: uma categoria em que a maioria é composta por mulheres na cozinha e na limpeza das escolas, a maioria mães solo e a maioria que cuidam dos seus filhos sozinhas, elas vão levar um filho no médico como, Renan? Como elas vão levar o filho no médico, se elas não têm direito nem a atestado médico? Então são dessas questões que nós estamos falando. Quando a gente fala da valorização do servidor e da servidora, não é só o alto escalão, muito pelo

contrário, primeiro precisa ser valorizado quem está lá na ponta, com salário que não chega a R\$ 2 mil. Tem trabalhador concursado que recebe abaixo do mínimo – abaixo do salário mínimo! –, e eu acho importantíssimo para os trabalhadores que ficam lá na Siqueira Campos, não todos, mas a galera que é da Fazenda, a galera que recebe altos salários, também poder visitar os trabalhos dos colegas para entenderem o que está acontecendo. Eu acho que é isso! Tenho muito acordo com o Vilmar quando ele fala que 5 % parcelado em três vezes, que é o que a gente vai receber, se depender do Melo, deveria ser para todo mundo, deveria ser para mundo. É isso.

A Sandra – eu acho que foi a Sandra Severo – falou que essa galera está olhando só para si mesmo; não, a gente está olhando para a cidade, a gente está olhando para a cidade e para o que está virando – já era e está cada vez pior a cidade. É isso, é o posto de saúde parceirizado, são as escolas que o Melo alavancou a contratação – e não temos nada contra os nossos colegas contratados, a gente tem contra a contratação –, e isso gera alta rotatividade, como disse o Renan. Então são dessas questões que gente está falando. Na FASC, agora são só 10% concursados, o resto são parceirizados, e aí é isso, é desde a questão de assédio e tudo mais que rola solto.... O meu tempo esgotou, apareceu na tela para mim, mas eu acho que a grande questão que a gente precisa falar, para finalizar, é que daqui a uma semana encerra-se o contrato da cozinha e da limpeza das escolas, das cozinheiras. As escolas vão ficar uma semana sem comida! É disso que a gente tem que falar, e a gente tem que falar de valorização do servidor público que está lá na ponta de fato; os 30% não é favor, é direito. Olhem para isso: 30% já para os trabalhadores, e o mínimo de direitos e de emprego para as trabalhadoras mulheres que trabalham na cozinha e na limpeza das escolas. Isso é que é a urgência neste momento na nossa cidade.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Tzusy. A gente estava aguardando, Sr. Presidente, a última inscrição, que era do colega

Johnny Racic, mas eu estou vendo aqui que ele não conseguiu se reconectar. Então não temos mais inscrições.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Luiz Afonso. Ouvimos todos atentamente, certamente foi uma audiência proveitosa; aqueles que queriam discorrer sobre outros assuntos também discorreram tranquilamente, sem nenhuma interrupção. Eu quero agradecer mais uma vez ao diretor legislativo Luiz Afonso e a todos que participaram desta audiência pública. Muito obrigado a todos, boa noite. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos desta reunião.

(Encerra-se a reunião às 20h23min.)